O ESTADO EM NICOS POULANTZAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A MATERIALIDADE DAS RELAÇÕES DE CLASSE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA[1]
JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA[2]

[1]Universidade Federal do Paraná e Universidade Tecnológica Federal do Paraná – jhfaria@gmail.com
[2]Universidade Federal do Paraná – jrvfaria@gmail.com

Resumo

O artigo explora a teoria do Estado de Nicos Poulantzas, situando-a no marxismo estruturalista e em contraposição ao economicismo e instrumentalismo. O ponto central é a concepção do Estado como uma "condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes" (Poulantzas, 1978), o que implica que o Estado não é neutro nem tampouco um instrumento passivo. A materialidade institucional do Estado, manifesta em seus aparelhos, organiza a hegemonia do bloco no poder, embora seja um campo de lutas e contradições. A noção de "autonomia relativa" é crucial, explicando como o Estado, ao agir contra interesses imediatos de certas frações do capital, garante a reprodução de longo prazo do sistema, mediando conflitos e desorganizando as classes dominadas. A proposta de Poulantzas permanece relevante para analisar as políticas públicas como arena estratégica da luta de classes e para compreender os desafios contemporâneos, como o neoliberalismo e as novas configurações de poder, apontando para a necessidade de adaptação de sua teoria a dimensões como interseccionalidade, Estado digital e as especificidades do Estado na América Latina.

Palavras-chave: Estado Capitalista; Classes Sociais; Poder Político; Políticas Públicas; Crítica Marxista.

Introdução

Em sua Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Marx (2013b) desenvolve uma análise que fundamenta o Materialismo Histórico ao mostrar que mesmo um estudo que pretende ter ultrapassado a aparência fenomênica pode inverter, pela lógica do pensamento, o lugar do sujeito com o do predicado. De acordo com Marx (2013), em Hegel o sujeito é o pensamento (a autoconsciência) e o ser é predicado, ou seja, o ser não seria ele mesmo, mas um atributo do pensamento. A crítica de Marx se dirige ao idealismo, à transformação da lógica em um recurso abstrato que se manifesta em categorias do pensamento que somente correspondem acidental ou arbitrariamente ao real.

É também neste sentido que Marx critica os idealistas quando estes consideram o Estado como sujeito e a sociedade, com suas relações sociais, como predicado. Para os idealistas, a sociedade é um predicado do Estado, é uma característica inerente do Estado, seu atributo, sua qualidade. A sociedade, para os idealistas, é o resultado do Estado, o qual detém o poder não apenas de constituir a sociedade, mas de lhe dar uma direção determinada e impositiva. Para Marx, ao contrário, a sociedade é o sujeito da história e o Estado é seu atributo. Não é o Estado que constitui a sociedade, mas esta que o constitui em sua prática. O Estado não existe como um ato da ideia, como um "resultado místico" do pensamento, mas como fato concreto, empírico, histórico. A especulação converte o sujeito em predicado e o predicado em sujeito, a

condição é condicionada, o determinante é determinado. Os sujeitos reais (família, sociedade) são transformados em predicados do Estado e este é elevado à condição de sujeito". "A ideia é subjetivada e a relação real da família e da sociedade civil com o Estado é apreendida como atividade imaginária" (Marx, 2013, pp.36-37).

O Estado, contudo, não é resultado de um contrato social, como postulam os contratualistas. Enquanto atributo da sociedade, ele é, desde logo, sua forma organizada e, portanto, sua forma estruturada pelas relações sociais. No sistema de capital o modo de produção capitalista é a estrutura social dominante sobre a qual se ergue, portanto, não qualquer forma de Estado, mas o Estado Capitalista. Quando o problema das políticas públicas é colocado no âmbito do Estado Capitalista, esta condição parece conter um paradoxo: como o Estado Capitalista pode adotar políticas públicas de interesse social para além da lógica do Capital? Se a resposta se atém à lógica abstrata do argumento, este paradoxo não pode ser resolvido. Mas se a resposta busca nas relações concretas sua exposição, o argumento se dissolve.

O objetivo deste ensaio é expor o argumento de que o Estado Capitalista, enquanto predicado da sociedade dominada pelo modo capitalista de produção, se estrutura nas relações contraditórias e conflitivas inerentes ao sistema de capital. Portanto, o Estado Capitalista não é um bloco monolítico a serviço exclusivo dos interesses dominantes que pretende assegurar o monopólio da reprodução dos interesses do capital, embora seja intérprete dos seus interesses, mas um espaço de conflito atravessado pelas lutas sociais. Este espaço constitui um terreno de disputa por políticas públicas no qual se materializam as contradições sociais históricas. Políticas públicas não são procedimentos neutros ou plenamente dominados por uma parcela da sociedade, mas projetos que resultam de uma luta relativamente organizada no âmbito dos conflitos de classes, frações de classe e grupos sociais.

Para desenvolver os argumentos deste ensaio, toma-se como objeto a teoria do Estado Capitalista de Nicos Poulantzas, reconhecidamente um dos mais importantes teóricos marxistas contemporâneos sobre o Estado e as Classes Sociais. Por que a escolha desta teoria? Porque ela resume com precisão, ainda que sob influência epistemológica estruturalista inspirada em Althusser e Balibar, todo o importante debate sobre o Estado capitalista em um momento histórico em que estava em curso a crítica ao Estado Soviético, às Ditaduras Capitalistas, à disputa entre as ideologias liberais e keynesianas, e aos partidos e organizações políticas dos trabalhadores. É neste contexto que Poulantzas pretende responder as indagações sobre o lugar contraditório do Estado na luta de classes. Esta discussão permite sugerir que, sendo o Estado um terreno em disputa, as políticas públicas, como uma das formas de objetivação do conflito social, podem ser recursos e estratégias de asseguramento dos interesses em conflito.

No presente artigo sintetizamos as principais formulações poulantzianas inserindo-as no contexto intelectual de sua produção e as críticas subsequentes. A estrutura do artigo visa aprofundar essa análise em seções distintas: primeiramente, contextualizamos o ambiente teórico-histórico que deu origem à teoria poulantziana, enfatizando sua ruptura com as abordagens anteriores do marxismo. Em seguida, adentramos na definição e análise específica do Estado por Poulantzas, desdobrando os conceitos de materialidade, autonomia relativa, bloco no poder e aparelhos de Estado. Adiante, discutimos as implicações da teoria de Poulantzas para a compreensão do poder político e das classes sociais, pontuando suas contribuições originais e identificando as principais críticas e limites de sua abordagem. Em seguida, estabelecemos uma relação entre o conceito poulantziano de Estado e o campo das políticas públicas, demonstrando como estas são arenas centrais para a materialização e reprodução das relações de classe. Por fim, elaboramos uma avaliação crítica da relevância contemporânea das

ideias de Poulantzas, indicando as principais críticas à sua teoria, ponderando suas limitações face às transformações globais, mas ressaltando sua inegável capacidade de iluminar questões políticas atuais e de fomentar uma análise crítica da dominação.

Contexto Teórico e Histórico: as raízes do marxismo estruturalista e a crítica às ortodoxias

O período compreendido entre o final dos anos 1960 e a década de 1970 foi caracterizado por uma intensa instabilidade global, manifestada por crises profundas nas democracias ocidentais, pela ascensão de movimentos sociais diversificados (estudantis, feministas, antirracistas), pela complexa geopolítica da Guerra Fria e pelo florescimento de múltiplas correntes críticas ao capitalismo. No âmbito acadêmico, o marxismo vivenciava um período de intensa renovação, impulsionado pela ascensão do marxismo estruturalista, notadamente influenciado por Louis Althusser. Essa corrente teórica propunha um resgate da complexidade e da cientificidade da obra de Marx, anunciando seu afastamento de interpretações economicistas, humanistas ou teleológicas que haviam prevalecido em períodos anteriores (Althusser, 1970). Poulantzas inseriu-se ativamente nesse movimento, desenvolvendo uma crítica contundente tanto ao instrumentalismo, que concebia o Estado como um mero reflexo passivo ou ferramenta da classe dominante, quanto ao economicismo, que reduzia a superestrutura política e ideológica a uma determinação direta e mecânica da base econômica. Adotando uma abordagem epistemológica estruturalista, Poulantzas buscou explicar a relativa autonomia do Estado e sua função crucial na reprodução das relações de classe (Jessop, 1985).

O projeto de Poulantzas era ambicioso: construir uma teoria do Estado capitalista capaz de desvendar sua autonomia relativa e sua eficácia intrínseca na organização da dominação de classe, sem, contudo, recair em noções de neutralidade ou de sua completa subordinação imediata aos interesses econômicos. Sua análise pretendia revelar a "materialidade" do Estado, isto é, como suas instituições, leis, práticas e discursos são, em si, formas concretas de condensação e organização das relações de classe (Poulantzas, 1978). Poulantzas não apenas buscou refinar a teoria marxista, mas oferecer uma ferramenta analítica para desmistificar as complexas relações de poder na sociedade capitalista.

A formulação da teoria do Estado por Poulantzas não pode ser dissociada de seu posicionamento como resposta intelectual e política a um conjunto de desafios e debates que assolaram o pensamento marxista na segunda metade do século XX. Este período foi marcado por uma conjunção de crises e processos de renovação, impulsionados tanto por transformações globais de vulto quanto por autocríticas internas ao próprio campo marxista. Poulantzas critica as limitações das formulações teóricas existentes, buscando construir uma teoria mais rigorosa, complexa e apta a desvendar as dinâmicas do Estado Capitalista.

A Crise do Marxismo: economicismo e Instrumentalismo

Durante décadas, certas correntes do marxismo, em suas vertentes social-democrata e de comunismo de Estado (associado ao Stalinismo), passaram a adotar interpretações frequentemente reducionistas do Estado. Duas abordagens em particular dominaram o cenário teórico e foram alvos centrais da crítica poulantziana: o economicismo e o instrumentalismo.

O economicismo pressupunha uma determinação mecânica das superestruturas políticas e ideológicas pela base econômica. Nessa perspectiva, o Estado era frequentemente concebido como um mero reflexo passivo das relações de produção, desprovido de qualquer autonomia ou eficácia intrínseca. As mudanças na esfera política seriam, portanto, vistas como

consequências diretas e inevitáveis das transformações econômicas. Tal visão, ao simplificar as interações sociais, negligenciava a complexidade das relações entre as diferentes instâncias da sociedade (econômica, jurídico-política e ideológica) e, consequentemente, a especificidade do político e do ideológico como esferas dotadas de sua própria lógica e dinâmica (Poulantzas, 1978; 1980). O Estado era, assim, transformado em um epifenômeno, cuja existência e forma poderiam ser integralmente explicadas pelas necessidades do capital, sem que lhe fosse atribuído um papel ativo na reprodução dessas mesmas necessidades. Ao reduzir a política a um mero espelho da economia, o economicismo esvaziava a dimensão da luta política e ideológica, tornando-a secundária ou até mesmo inexistente na análise das transformações sociais (Jessop, 1985).

O instrumentalismo, associado a pensadores como Ralph Miliband (1969), concebia o Estado como um "instrumento" direto nas mãos da classe dominante. A argumentação central era que os capitalistas, por meio da influência política, da ocupação de cargos públicos administrativos estratégicos, ou do financiamento de partidos e campanhas eleitorais, controlavam o aparelho estatal e o utilizavam para promover seus interesses. Embora essa perspectiva tivesse o mérito de reconhecer a íntima ligação entre o Estado e a classe dominante, ela incorria na armadilha de personificar o Estado, tratando-o como um sujeito que poderia ser "tomado" ou "controlado" (Poulantzas, 1969). Ao fazê-lo, o instrumentalismo tendia a desconsiderar a estrutura e as instituições estatais como elementos constitutivos do poder, centrando a análise excessivamente nos atores que as ocupavam. Para Poulantzas, essa visão era insuficiente porque não explicava como a própria forma do Estado Capitalista já era, em si, um fator primordial na organização da dominação de classe, independentemente das intenções ou do *background* social dos indivíduos que o compõem. A visão instrumentalista falhava em apreender como a materialidade do Estado condiciona a ação daqueles que o ocupam, moldando o espectro de políticas e decisões possíveis (Jessop, 1985).

À exceção dos trabalhos de Gramsci, que exerceria relativa influência nos trabalhos de Poulantzas, as interpretações predominantes, ao negligenciarem a complexidade inerente à ação estatal, mostravam-se insuficientes para explicar fenômenos fundamentais, como a capacidade do Estado Capitalista de implementar reformas sociais significativas (a exemplo do *welfare state*) que, em sua superfície, pareciam contrariar os interesses imediatos do capital. Da mesma forma, compreendiam limitadamente a capacidade do Estado de mediar conflitos internos à própria classe dominante, mantendo uma coesão mínima essencial para a reprodução do sistema de capital. A ausência de uma compreensão da autonomia e da eficácia estatal gerava, portanto, vazios explicativos significativos naquelas teorias marxistas.

A Ascensão do Marxismo Estruturalista

A partir dos anos 1960, notadamente na França, um novo movimento intelectual se desenvolveu no campo do marxismo, com destaque para Louis Althusser e seus colaboradores: Ettiénne Balibar, Jacques Rancière, Pierre Macherey e Roger Establet. O marxismo estruturalista althusseriano propôs uma leitura de Marx que buscava libertá-lo do historicismo, do humanismo e do economicismo que, segundo ele, haviam distorcido a verdadeira cientificidade de *O Capital* (Althusser, 1970). Althusser argumentava pela necessidade de uma "ruptura epistemológica" com as leituras fenomenológicas e historicistas de Marx, em favor de uma análise centrada nas estruturas e na sobredeterminação. A concepção althusseriana se edificava sob a influência do estruturalismo de Levi Strauss e do funcionalismo de Parsons e Durkheim (Faria, 2022). Para Thompson (1981), a interpretação de Marx feita por Althusser é um *teorismo* a-histórico, que de saída se revela idealista e que carrega, por vezes, "muitos dos

atributos de uma teologia" (Thompson, 1981, p. 12) desenvolvida nas tribunas acadêmicas dos recintos universitários, longe, portanto, da real "matéria-prima" da produção do conhecimento.

Althusser reintroduziu conceitos como o de sobredeterminação, defendendo a ideia de que diferentes instâncias da formação social (econômica, política, ideológica) se determinam mutuamente em um complexo jogo de causalidades e eficácias específicas, e não em uma relação linear de causa e efeito. Ele argumentava que, embora a instância econômica fosse determinante "em última instância", as esferas política e ideológica possuíam sua própria eficácia e lógica de funcionamento, não sendo meros epifenômenos (Althusser, 1970).

Poulantzas incorporou os conceitos althusserianos em sua análise, adotando a ideia de que a formação social é composta por instâncias relativamente autônomas (econômica, jurídico-política, ideológica), com uma determinação em última instância da economia, mas com eficácia própria de cada instância. No entanto, Poulantzas não se limitou a replicar Althusser. Ele buscou aplicar essas categorias ao problema específico do Estado aprofundando a análise da sua materialidade e da sua relação com as classes sociais de uma forma mais dinâmica e, de certa maneira, menos funcionalista do que Althusser sugeria (Jessop, 1985). A contribuição de Poulantzas foi precisamente a de conferir ao Estado e à esfera política em geral, uma densidade e uma complexidade que a teoria althusseriana não havia explorado em sua totalidade.

O Cenário Político: crises e debates sobre a transição ao socialismo

O contexto político global foi igualmente crucial para a proposição teórica de Poulantzas. A década de 1960 e o início dos anos 1970 foram tempos de intensas lutas sociais e políticas em escala global. Eventos como o levante de Maio de 1968 na França, a crise do petróleo, a ascensão de movimentos de libertação nacional, a Guerra do Vietnã e as crises econômicas cíclicas do capitalismo ocidental colocaram em xeque a estabilidade do sistema e as premissas de sua reprodução.

No movimento comunista europeu o debate sobre o "eurocomunismo" ganhava força, questionando a via revolucionária tradicional e propondo uma "via pacífica e democrática" para o socialismo. Isso implicava uma reavaliação radical do papel do Estado e das instituições democráticas. Se o Estado não fosse um mero instrumento a ser destruído, mas uma estrutura complexa e contraditória, como a luta pela transição socialista deveria se dar? Qual seria o papel das instituições existentes? Essa questão impulsionou Poulantzas a desenvolver uma teoria do Estado que pudesse servir de base para uma estratégia política capaz de pensar a relação entre Estado, poder e classes sociais de maneira mais dialética e menos dogmática, tentando oferecer subsídios para a ação política concreta (Poulantzas, 1980).

Poulantzas, portanto, emerge neste cenário como um pensador que busca oferecer uma análise rigorosa e não reducionista do Estado Capitalista, capaz de explicar sua complexidade e sua eficácia na reprodução das relações de dominação. Ao mesmo tempo, busca fornecer subsídios para uma estratégia de transformação social que não ignorasse as especificidades da realidade política e institucional. *Poder Político e Classes Sociais*[1], de 1968, é o ponto de partida para essa empreitada ambiciosa, buscando construir uma teoria politicamente relevante e academicamente robusta.

[1] Com a excelente tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro e a cuidadosa revisão técnica de Danilo Enrico Martuscelli, a Editora Unicamp republicou, em 2019, Poder Político e Classes Sociais, com o Prefácio muito oportuno do Armando Boito Jr.

A Definição Poulantziana do Estado: materialidade, autonomia relativa e bloco no poder

A contribuição central de Nicos Poulantzas para a teoria do Estado reside em sua definição inovadora do Estado Capitalista. O Estado é a forma organizada da sociedade e, neste sentido, é, para Poulantzas (1978), ao mesmo tempo, fator manutenção da coesão da unidade de uma formação social e lugar de condensação das contradições entre os diversos níveis desta formação, ou seja, é o fator que permite manter a unidade de uma formação social coesa (mas, não consensual) enquanto sintetiza as contradições entre os níveis econômico, jurídico-político e ideológico. O papel do Estado, sob o capitalismo, é o de manutenção das condições de produção e, portanto, de existência e funcionamento da unidade. O Estado não tem, nesta medida, uma função estritamente econômica, estritamente ideológica ou estritamente jurídico-política. O Estado tem um papel tanto na exploração quanto na organização-vigilância do processo de produção (Poulantzas, 1978), ou seja, o Estado é um intérprete dos interesses dominantes e, ao mesmo tempo, fator de manutenção da coesão de uma formação social. Nesse sentido, longe de conceber o Estado Capitalista como um objeto monolítico ou um ator unificado, Poulantzas o apresenta como uma estrutura complexa, dinâmica e contraditória, profundamente enraizada nas relações sociais de produção.

O Estado como Condensação Material de uma Relação de Forças de Classes Sociais

A formulação mais emblemática de Poulantzas é a de que o Estado capitalista é a "condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes" (Poulantzas, 1980, p. 147). Esta definição rompe com as abordagens anteriores em múltiplos níveis, redefinindo fundamentalmente a ontologia do Estado em quatro pontos: o Estado não é um sujeito, mas uma relação; Condensação; Materialidade; Relação de Forças de Classes e Frações de Classes.

Para Poulantzas, o Estado não configura uma entidade dotada de vontade própria, nem uma "coisa" que possa ser possuída, capturada ou simplesmente instrumentalizada. Ele é, fundamentalmente, uma relação social complexa, um ponto de convergência e organização em que as lutas de classe se materializam. Isso implica que o Estado não opera de forma externa às relações de classe; ele é expressão e parte intrínseca dessas relações (Poulantzas, 1978). A concepção do Estado como um ator com interesses próprios ou uma entidade monolítica é, portanto, desconstruída em favor de uma compreensão relacional e processual do poder;

"Condensação" é um elemento conceitual que distingue a abordagem poulantziana daquelas que tratam o Estado como resultado de meras somas ou reflexos. Em outras palavras, "condensação" implica que o Estado não é um somatório passivo de interesses de classe, nem um mero espelho da base econômica. Ele é o resultado de um processo ativo e contínuo de lutas, negociações, compromissos e coerção entre as diversas classes e frações de classe. As relações de força são "condensadas" na forma estatal, moldando suas instituições, suas leis e suas políticas. Essa condensação, por sua vez, exerce um efeito sobre as próprias relações de força que o constituem, organizando-as e conformando-as de certa maneira, impondo limites e canalizando as ações. Trata-se de um processo dialético de mútua constituição, em que o Estado é tanto produto quanto produtor das relações de força (Poulantzas, 1980).

A materialidade do Estado é um conceito fundamental na teoria poulantziana. Para Poulantzas, o Estado não se reduz a um conjunto de ideias abstratas ou a um construto conceitual. Ele se materializa em instituições concretas (governo, parlamento, judiciário, exército, polícia, escolas, hospitais, agências reguladoras), em práticas administrativas e jurídicas, em discursos ideológicos específicos e em tecnologias de poder. Essas formas materiais não são neutras; elas carregam em si as marcas das relações de classe e atuam

ativamente na sua reprodução. A materialidade do Estado é o que lhe confere eficácia, densidade e capacidade de intervir decisivamente na sociedade, moldando as condições de existência das classes (Poulantzas, 1980).

O Estado não se relaciona com as classes de forma homogênea e abstrata, mas com uma complexa rede de classes sociais (burguesia, pequena-burguesia, proletariado, campesinato, etc.) e, fundamentalmente, com as frações de classes (capital financeiro, industrial, comercial, agrário). Essas frações podem possuir interesses divergentes e até contraditórios entre si no curto prazo. A tarefa do Estado capitalista é organizar a hegemonia de uma fração do bloco no poder sobre as outras, ao mesmo tempo em que articula os interesses de todo o bloco no poder contra as classes dominadas. O Estado, em sua complexidade estrutural, opera para gerenciar e unificar esses interesses fragmentados, garantindo a coesão geral da classe dominante e a estabilidade do sistema (Poulantzas, 1978).

A compreensão da definição de Estado a partir desses quatro pontos é fundamental para desvendar o funcionamento do Estado Capitalista na teoria de Poulantzas. Ele busca demonstrar como a própria forma e estrutura do Estado Capitalista (sua legalidade formal, sua burocracia, sua apresentação como representante do "interesse geral") são elementos essenciais para a reprodução do modo de produção capitalista e para a organização da dominação de classe, e não meros acidentes históricos ou escolhas administrativas neutras. A estrutura do Estado Capitalista não se esgota nos limites do Estado-Nação, do território, pois seu campo extrapola as fronteiras formais[2].

A Autonomia Relativa do Estado Capitalista

A noção de autonomia relativa é uma contribuição tão importante quanto controversa de Poulantzas, a partir de Gramsci, representando uma ruptura decisiva com as abordagens anteriores já mencionadas. Ela surge como uma tentativa sofisticada de superar tanto o economicismo quanto o instrumentalismo, oferecendo uma explicação mais robusta para a complexidade da ação estatal (Poulantzas, 1978; Jessop, 1985). A autonomia do Estado é qualificada como "relativa" por duas razões básicas: não é autonomia absoluta; é uma autonomia para servir melhor ao capital

A primeira razão é a de que o Estado capitalista não é, em nenhuma hipótese, absolutamente autônomo. Ele está intrinsecamente ligado à reprodução do modo de produção capitalista e, portanto, aos interesses fundamentais da classe dominante (a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho, a acumulação de capital). Sua autonomia se exerce sempre nos limites estruturais impostos pela formação social capitalista. Qualquer ação estatal que radicalmente subvertesse esses limites levaria a uma crise estrutural do Estado e do próprio sistema capitalista (Poulantzas, 1978).

A segunda razão é a de que a autonomia relativa é a condição *sine qua non* para que o Estado possa efetivamente servir aos interesses de longo prazo da classe dominante. Paradoxalmente, a capacidade de o Estado agir contra interesses imediatos de frações específicas do capital é o que lhe permite preservar a totalidade do sistema capitalista. Se o Estado fosse um mero instrumento diretamente controlado por frações específicas do capital,

[2] Por exemplo, em "Estado, Poder e Capital: a operação Lava Jato e as bases ontopráticas da Lawfare", Faria e Valverde (2025) defendem a tese de que Lawfare não é uma guerra jurídica, tal como tem sido conceituada, mas a expressão, no plano jurídico, de uma guerra econômica, política e ideológica, perpetrada pelo Estado Capitalista, em torno da realização de interesses objetivos específicos de determinadas frações de classe no âmbito do sistema de capital global, ou seja, no âmbito da competição internacional intercapitalista.

ele seria incapaz de mediar conflitos interburgueses, de desorganizar as classes dominadas e de garantir a reprodução do modo de produção. Três ações do Estado decorrem de sua autonomia:

i. Mediar conflitos interburgueses: as diferentes frações da classe dominante possuem interesses que podem ser conflitantes no curto prazo. O Estado pode arbitrar esses conflitos, impondo soluções que preservem a unidade e a hegemonia do bloco no poder e, mais amplamente, o interesse geral do capital. Essa mediação é crucial para evitar que as contradições internas da burguesia desestabilizem o sistema produtivo e político (Poulantzas, 1978).

ii. Desorganizar as classes dominadas: o Estado se apresenta como "neutro", como defensor do "interesse geral" da nação ou da sociedade como um todo. Essa aparente neutralidade é crucial para ocultar a natureza de classe do poder e para desmobilizar e desorganizar as classes populares, cooptando suas demandas e integrando-as no sistema. Concessões e reformas sociais, por exemplo, não são meros desvios ou sinais de um Estado neutro, mas podem ser manobras estratégicas da autonomia estatal para evitar crises maiores, neutralizar ameaças revolucionárias e manter a hegemonia (Poulantzas, 1978).

iii. Garantir a reprodução do modo de produção: o Estado tem funções que transcendem os interesses imediatos de qualquer capitalista individual. Ele deve garantir as condições gerais da produção capitalista (infraestrutura, força de trabalho qualificada, manutenção da ordem social, sistema jurídico que assegure a propriedade privada e os contratos), algo que nenhum capitalista por si só poderia fazer de forma eficiente e universal (Poulantzas, 1978).

Poulantzas argumenta que a autonomia relativa é uma característica estrutural do Estado capitalista, intrínseca à sua própria forma. A separação entre o econômico e o político (a existência de um Estado aparentemente separado da esfera da produção), a legalidade formal que garante a igualdade perante a lei (mas oculta as desigualdades reais), e a burocracia estatal são formas através das quais essa autonomia se manifesta e opera. A autonomia relativa, portanto, não é um erro ou uma falha no sistema, mas um mecanismo essencial para a reprodução e a eficácia da dominação de classe, conferindo-lhe flexibilidade e resiliência.

O Bloco no Poder e a Hegemonia

Para Poulantzas, o Estado não serve a uma única classe dominante de forma homogênea e monolítica, mas a um bloco no poder. Este bloco é uma aliança (geralmente instável e contraditória) de diferentes classes e frações de classes que detêm o poder estatal em um dado período (Poulantzas, 1978). Por exemplo, em uma formação social capitalista, o bloco no poder pode incluir o capital industrial, o capital financeiro, o capital agrário e setores da pequena burguesia.

As características e dinâmicas do bloco no poder são fundamentais para a análise que Poulantzas faz da instabilidade e das contradições internas, da hegemonia de determinada fração de classe e dos aparelhos de Estado enquanto instrumentos de organização.

i. Instabilidade e contradições internas: o bloco no poder é atravessado por tensões e conflitos de interesses entre suas diferentes frações. A autonomia relativa do Estado é essencial precisamente para gerenciar essas contradições, mediá-las e impedir que elas minem a unidade e a estabilidade do bloco. O Estado atua como um unificador compulsório desses interesses divergentes, impondo uma coesão artificial, mas necessária para a manutenção do sistema (Poulantzas, 1978).

ii. Hegemonia de uma fração: no bloco no poder uma fração de classe geralmente exerce a hegemonia. Isso significa que seus interesses são apresentados como o interesse geral de todo o bloco e, por extensão, como o interesse geral da nação. O Estado atua para consolidar

essa hegemonia, organizando as outras frações em torno dela e desorganizando as classes dominadas. A hegemonia, conforme Poulantzas (1978) desenvolve a partir de Gramsci (2007), não é apenas econômica, mas também política e ideológica, envolvendo a capacidade de liderança e direção moral e intelectual.

iii. Aparelhos do Estado como instrumentos de organização: os aparelhos estatais são centrais para a formação e manutenção do bloco no poder. Eles fornecem os fóruns, as regras e os recursos através dos quais as diferentes frações podem negociar, formar alianças e consolidar sua dominação. As políticas públicas e as estruturas administrativas são materializações dessa organização, cristalizando determinadas correlações de força e reforçando a hegemonia (Poulantzas, 1978).

A ação do Estado, portanto, é a resultante da correlação de forças no bloco no poder, sob a hegemonia de uma de suas frações, e de sua relação constante e contraditória com as classes dominadas. Essa perspectiva evita uma visão monolítica da classe dominante e realça a complexidade das dinâmicas internas do poder, fornecendo um quadro sofisticado para entender a manutenção da ordem social capitalista.

Aparelhos de Estado e a Materialidade da Ideologia

Poulantzas expande e refina a análise althusseriana dos aparelhos de Estado que estabelecia uma distinção fundamental entre aparelhos repressivos e ideológicos (Althusser, 1970). Para Poulantzas, os aparelhos estatais não são meros instrumentos neutros ou passivos, mas são, em si, instâncias materiais em que as relações de força se condensam e em que as práticas de dominação (repressiva e ideológica) se exercem (Poulantzas, 1978).

Poulantzas argumenta que o Estado comporta, em sua função global de coesão, vários aparelhos que concentram, no nível de suas ações substantivas, as tarefas particulares de interpretação e realização dos interesses da classe dominante. Estes aparelhos, que em conjunto formam a ossatura do Estado, aparecem como forma de concentração das ações de interpretação de interesses nos vários níveis em que estes são efetivados. Significa dizer que não há apenas um aparelho de Estado, mas vários. De fato, existe correspondência entre níveis estruturais (econômico, jurídico-político e ideológico) e aparelhos de Estado, de forma que podem ser identificados aparelhos econômicos, jurídicos, políticos, repressivos e ideológicos, divisão esta que decorre da função global de coesão do Estado. A identificação do Estado como, diretamente, aparelho de Estado, atribui a este um papel de interpretação de interesses segundo uma função particular e única do Estado. Nesta ótica, o Estado apareceria ou como instrumento de poder ou como o próprio poder: tanto a primeira visão, que é instrumentalista, como a segunda, que é essencialista, do Estado possuem complicações não só teóricas como práticas.

A diferença principal de Poulantzas em relação a Althusser é que ele enfatiza que esses aparelhos não são entidades monolíticas e perfeitamente funcionais, mas são atravessados por contradições e lutas de classe. Eles são, assim, campos estratégicos em que a dominação é constantemente questionada, renegociada e, por vezes, desafiada. A ideologia, para Poulantzas, não é apenas um conjunto de ideias falsas; ela está materializada nas práticas e nas instituições dos aparelhos ideológicos de Estado, moldando as subjetividades e as percepções do mundo social de forma ativa e performática, inscrevendo a dominação no próprio tecido da vida cotidiana.

Em síntese, a visão de Poulantzas sobre o Estado é a de uma estrutura complexa e contraditória, atravessada pelas lutas de classe, que atua de forma relativamente autônoma para organizar a hegemonia do bloco no poder e reproduzir as relações de dominação capitalista,

tanto pela coerção quanto pela ideologia. Essa atuação se materializa em instituições e práticas que são, elas mesmas, campos de luta e condensação de forças sociais.

Implicações Teóricas: contribuições originais, críticas e limites da abordagem poulantziana

A teoria do Estado de Poulantzas, com sua sofisticação e rigor analítico, gerou profundas implicações para a compreensão das relações entre Estado, poder político e classes sociais. Para Bob Jessop (1985), ela marcou um divisor de águas no pensamento marxista, oferecendo contribuições originais que reconfiguraram o debate, mas também suscitando críticas significativas e revelando certos limites que o próprio Poulantzas buscou endereçar em suas obras posteriores.

Contribuições Originais de Poulantzas

As inovações teóricas de Poulantzas redefiniram o debate marxista sobre o Estado, distanciando-o de simplificações e abrindo novas possibilidades de pesquisa e análise crítica. Pelo menos seis proposições teóricas podem ser destacadas:

i. A Desessencialização do Estado: a maior contribuição talvez resida na desmistificação radical da ideia do Estado como uma entidade autônoma, um sujeito monolítico ou um "dado" preexistente e atemporal. Ao conceber o Estado como uma "condensação material de uma relação de forças", Poulantzas o transforma em um processo, um campo estratégico em constante formação e transformação (Poulantzas, 1978). O poder, nessa perspectiva, não é algo que se possui substancialmente, mas algo que se exerce dentro de e através de estruturas e relações específicas. Isso permite uma análise mais dinâmica, menos estática e mais historicamente situada do fenômeno estatal, ressaltando sua natureza relacional e contraditória.

ii. Superação do Reducionismo e do Instrumentalismo: sua teoria oferece uma alternativa teoricamente consistente às visões economicistas e instrumentalistas. A autonomia relativa do Estado explica como ele pode mediar interesses divergentes e até conflitantes dentro da própria burguesia e, em certas circunstâncias, agir contra os interesses imediatos de frações específicas do capital para garantir a reprodução do sistema capitalista (Poulantzas, 1978). Isso confere ao Estado uma eficácia própria no plano político e ideológico que não pode ser meramente derivada da base econômica, dotando-o de uma capacidade estratégica para manter a coerência da formação social capitalista.

iii. Análise da Complexidade das Classes Sociais: Poulantzas aprofunda a análise das classes sociais, reconhecendo sua composição complexa, a existência de frações de classe e a importância dos critérios políticos e ideológicos (além dos econômicos) na sua delimitação. Ele demonstra como o Estado, através de suas políticas e de seus aparelhos, contribui ativamente para a formação e fragmentação das classes em vez de apenas representá-las como entidades pré-constituídas (Poulantzas, 1978).

iv. O Papel do Estado na Organização da Hegemonia: ao introduzir o conceito de "bloco no poder" e a ideia de que o Estado organiza a hegemonia de uma fração de classe sobre as demais, Poulantzas oferece uma explicação matizada para a estabilidade relativa do sistema de capital (Poulantzas, 1978). A dominação não se dá apenas pela coerção bruta, mas também e fundamentalmente pelo consentimento, que o Estado, através de seus aparelhos ideológicos e de suas políticas, ajuda a construir e manter, apresentando-se como o representante do interesse geral e encobrindo a dimensão da dominação de classe. A hegemonia, assim, é um processo ativo de construção e manutenção que envolve o Estado em suas múltiplas dimensões.

v. A Materialidade da Ideologia: Poulantzas aprofunda a compreensão da ideologia, não como um mero conjunto de "falsas ideias", mas como algo materializado nas práticas, rituais e instituições dos aparelhos de Estado. Essa materialidade da ideologia é fundamental para a formação dos sujeitos, para a constituição da consciência e para a naturalização da ordem social, inscrevendo a ideologia no próprio tecido da vida cotidiana e das relações sociais, tornando-a uma força ativa na reprodução do capitalismo (Poulantzas, 1978).

vi. O Estado como Campo Estratégico: a concepção do Estado como um campo estratégico enfatiza que o poder estatal não é uma força unificada, coerente e predeterminada, mas um espaço de embate e de luta em que as contradições de classe se travam e em que os resultados são sempre contingentes e passíveis de transformação (Poulantzas, 1980). Isso abre a possibilidade e a necessidade de intervenção política e de luta pela transformação do Estado, resgatando a dimensão estratégica e a capacidade de ação (agência) das classes dominadas, sem, contudo, cair em um voluntarismo que negligencia as determinações estruturais.

Críticas e Limites da Abordagem Poulantziana

Apesar de suas contribuições, a teoria de Poulantzas não está isenta das críticas que, ao longo do tempo, revelaram certos limites de sua abordagem inicial. No entanto, é fundamental notar que o próprio Poulantzas, em sua trajetória intelectual, incorporou e respondeu a muitas dessas críticas, refinando e aprofundando seu pensamento (Jessop, 1985). Quais são as principais críticas? Sem pretender esgotar as críticas, selecionamos cinco pontos que devem ser observados, chamando a atenção para o caráter ontoepistemológico das críticas:

i. Estruturalismo exacerbado e subestimação da ação (Agência): esta é, talvez, a crítica ontoepistemológica mais recorrente e central, especialmente em relação às suas obras iniciais como *Poder Político e Classes Sociais*. Críticos como Ralph Miliband (Miliband, 1970) e E.P. Thompson (Thompson, 1978) argumentaram que Poulantzas, ao enfatizar a primazia das estruturas, corria o risco de reduzir as classes sociais a meros "suportes" (*Träger*) dessas estruturas. Isso implicaria uma subestimação da capacidade de ação (agência) dos "atores sociais", de sua consciência, de sua experiência e de sua capacidade de transformar ativamente as relações sociais. Para alguns, a teoria deixava pouco espaço para a luta de classes como prática consciente e para a intervenção estratégica dos sujeitos políticos. Embora Poulantzas tenha tentado reequilibrar essa tensão em obras posteriores, como *Estado, Poder, Socialismo* (Poulantzas, 1980), incorporando a dimensão estratégica da luta e a autonomia relativa da prática política, a acusação de um certo determinismo estrutural persistiu. A crítica ao estruturalismo marxista, a rigor, é a crítica ao althusserianismo.

ii. Caráter abstrato e dificuldade de aplicação empírica**:** a exagerada abstração conceitual da teoria poulantziana é considerada um obstáculo para sua aplicação em análises empíricas concretas. Conceitos como "condensação material de uma relação de forças" ou "autonomia relativa" foram considerados complexos demais para serem facilmente operacionalizados em pesquisas históricas, sociológicas ou políticas. Isso levou a acusações de que sua teoria era mais útil para a crítica filosófica e a elaboração teórica do que para a análise prática da política real (Jessop, 1985). Contudo, a própria obra de Poulantzas sobre o fascismo e a crise das ditaduras demonstra um esforço contínuo de aplicação de seu arcabouço teórico a contextos históricos específicos, provando a potencial aplicabilidade de seus conceitos, ainda que complexa. A questão epistemológica que se encontra aqui decorre exatamente do afastamento do estruturalismo marxista do materialismo histórico.

iii. Ausência (subestimação) da subjetividade e da cultura: apesar de sua detalhada análise da ideologia e dos aparelhos ideológicos de Estado, Poulantzas foi criticado por negligenciar a dimensão da subjetividade, da cultura popular, das identidades (para além das de classe econômica) e dos aspectos micropolíticos do poder na formação das lutas sociais. Sua ênfase nas estruturas e na eficácia da ideologia estatal poderia obscurecer a riqueza da vida cultural, das experiências vividas pelas classes populares e suas formas de resistência que não se encaixavam estritamente na lógica da reprodução estrutural. Essa crítica frequentemente traçava um contraste com a profundidade da análise cultural e da sociedade civil de Gramsci (Gramsci, 2007). Esta crítica é igualmente de natureza ontoepistemológica dirigida aos modelos estruturalistas de análise.

iv. Generalização excessiva do Estado Capitalista: críticos argumentaram que, ao construir um modelo tão rigoroso do Estado Capitalista, Poulantzas corria o risco de generalizar, não capturando suficientemente as especificidades históricas e as variações significativas entre diferentes formações sociais capitalistas (por exemplo, as distinções entre Estados liberais, fascistas, sociais-democratas ou os Estados do "Terceiro Mundo"). A aplicação de um modelo pretensamente universal poderia negligenciar as nuances contextuais e as trajetórias históricas particulares, subestimando a diversidade de manifestações do Estado sob o capitalismo. Esse tipo de crítica, contudo, decorre antes de um vício classificatório do que do conceito de Estado Capitalista. Formas do Estado Capitalista não alteram a natureza do Estado Capitalista e não podem servir de referência empírica para a precisão conceitual.

v. Certo funcionalismo em obras iniciais: embora Poulantzas tenha criticado o funcionalismo, alguns intérpretes argumentaram que sua própria teoria, em seus primeiros momentos, podia ser lida de uma maneira que implicava que o Estado funciona sempre, de alguma forma, para reproduzir o capitalismo, mesmo que por vias complexas e contraditórias (Jessop, 1985). Essa percepção de um funcionalismo implícito sugeriria que o Estado sempre encontraria uma maneira de contornar as crises e garantir a reprodução do sistema, diminuindo o potencial para a ruptura ou para a eficácia das lutas transformadoras. No entanto, em obras posteriores, Poulantzas enfatiza as contradições internas e a instabilidade do Estado capitalista, buscando refutar essa impressão. Contudo, sua concepção jamais superou a dimensão epistemológica funcional-estruturalista e seu embate com a fenomenologia e o existencialismo que então predominavam as discussões filosóficas.

Apesar dessas críticas, é preciso reconhecer que Poulantzas forçou o marxismo a uma autocrítica e a um avanço significativo em sua compreensão do Estado. Suas contribuições abriram caminho para abordagens mais complexas que buscavam integrar ação e estratégia em um quadro analítico estrutural.

Vale destacar ainda a influência de seus trabalhos na compreensão das especificidades do Estado na América Latina. Granato (2021) destaca que a partir dos anos 1960, em paralelo "às formulações da teoria marxista da dependência, a teoria marxista do Estado e a política na América Latina" passam por transformações e debates, "principalmente a partir das contribuições de Althusser e Poulantzas" (Granato, 2021, p.65). Referência especial deve ser feita às formulações de Osório (2014), que problematiza a compreensão do Estado como elemento essencial para o exercício desigual da soberania entre centros e periferias e, portanto, para a própria reprodução das condições da dependência.

Estado Capitalista e Políticas Públicas: um campo estratégico de luta de classes

Chegamos, agora, no ponto que pretendíamos desde o início, que é tomar a teoria do Estado Capitalista de Poulantzas para sugerir como a mesma pode nos ajudar a pensar as

políticas públicas. A teoria do Estado Capitalista de Poulantzas, não obstante suas limitações ontoepistemológicas, oferece um quadro analítico extremamente fértil para a compreensão das políticas públicas, transcendendo as abordagens meramente descritivas, eficientistas ou funcionalistas. Longe de serem vistas como resultados neutros de processos técnicos ou como respostas diretas e homogêneas às demandas sociais, as políticas públicas, sob a ótica poulantziana, são intrinsecamente ligadas à materialidade do Estado, à condensação das relações de força de classes e à reprodução da dominação capitalista. São, em essência, a materialização concreta e dinâmica da luta de classes no interior e através do Estado Capitalista (Poulantzas, 1978). Em outras palavras, apresentamos a relação entre Estado Capitalista e Políticas Públicas em três perspectivas: como materialização das relações de classes, como um equilíbrio precário entre autonomia relativa do Estado e as Políticas Públicas e como um roteiro crítico no campo estratégico da luta de classes.

Políticas Públicas como Materialização da Relação de Forças de Classes

Se o Estado é a "condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes" (Poulantzas, 1980, p. 147), então as políticas públicas são a expressão mais visível e operacional, e muitas vezes a mais palpável, dessa condensação. Elas são o resultado, sempre provisório e contraditório, das lutas e compromissos que se travam no interior do Estado e entre o Estado e a assim chamada sociedade civil[3]. Identificamos quatro pontos na teoria poulantziana que ajudam a entender as políticas públicas como materialização da relação de forças de classes: a não-neutralidade intrínseca; o papel dos Aparelhos de Estado; a organização do bloco no poder através das políticas; a desorganização e fragmentação das classes dominadas.

Sobre a não-neutralidade intrínseca, para Poulantzas as políticas públicas não poderiam ser neutras. Desde a sua formulação até a sua implementação, elas são moldadas pelos interesses de classe, embora nem sempre de forma explícita, consciente ou linear. A própria definição do que constitui um "problema público" que requer uma política estatal já é um resultado da luta de classes. Quais questões são reconhecidas como legítimas e quais são marginalizadas? Quais soluções são consideradas "viáveis" ou "racionais"? Essas escolhas não são técnicas, mas profundamente políticas, refletindo a correlação de forças dominante em um dado momento e a hegemonia de determinadas frações de classe. A agenda pública, portanto, é um produto da disputa de interesses (Poulantzas, 1978).

Sobre o papel dos Aparelhos de Estado (burocracias, ministérios, agências reguladoras, judiciário), Poulantzas considera que tais aparelhos são os lugares em que as políticas são elaboradas e executadas. Estes aparelhos, em sua materialidade institucional, não são meros implementadores passivos. Eles são, eles mesmos, atravessados por relações de força de classes, por interesses corporativos e por ideologias que moldam a interpretação e a aplicação das políticas. A forma burocrática, por exemplo, com sua hierarquia, compartimentalização e impessoalidade aparente, pode fragmentar as demandas das classes populares, despolitizar as questões sociais e, paradoxalmente, reforçar a dominação ao mascarar seus mecanismos de funcionamento classista (Poulantzas, 1978). Para Poulantzas, mesmo que as políticas possam se originar de iniciativas populares, fora dos Aparelhos de Estado, é neles que elas se institucionalizam.

Sobre a organização do bloco no poder através das políticas, podemos considerar a partir de Poulantzas, que as políticas públicas atuam como mecanismos chave para a organização e manutenção do bloco no poder. Políticas fiscais, por exemplo, podem favorecer certas frações

[3] Poulantzas não separa o Estado da Sociedade Civil. Essa distinção, aqui, é meramente propedêutica.

do capital (agrícola, industrial, financeiro) em detrimento de outras, ou consolidar alianças entre diferentes setores econômicos. As políticas econômicas (comércio exterior, industrial, monetária) são essenciais para mediar os conflitos entre frações da burguesia e para garantir as condições gerais de acumulação, que são precondições para a estabilidade do bloco. A alocação de recursos e a priorização de setores refletem e reforçam a hierarquia dentro do bloco no poder (Poulantzas, 1978).

Um aspecto central da análise poulantziana é como o Estado contribui para a fragmentação e desorganização das classes populares. Políticas sociais (saúde, educação, previdência), embora possam responder a demandas legítimas e atenuar a exploração direta, também podem funcionar para desmobilizar o conflito de classe, cooptar lideranças, individualizar problemas que têm raízes estruturais de classe e promover uma dependência do Estado, impedindo a formação de uma consciência e organização de classe unificada. Por exemplo, a segmentação do mercado de trabalho, a criação de categorias diferenciadas de "beneficiários" ou a focalização de programas sociais podem enfraquecer a solidariedade de classe e minar a ação coletiva, dividindo e cooptando as classes dominadas (Poulantzas, 1978).

Cabe aqui um comentário sobre uma questão que necessita ser mais bem analisada. Consideremos, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida. É, obviamente, um programa que atende demandas e interesses populares. Mas é, ao mesmo tempo, um programa de beneficia fortemente todo o complexo da indústria da construção civil e todo o sistema financeiro envolvido na viabilização das moradias e de suas aquisições. O Programa Bolsa Família é igualmente voltado a demandas e interesses populares. Mas o aporte de recursos públicos no Consumo das Famílias impulsiona toda a economia, desde as atividades primárias agrícolas até as atividades industriais, impactando diretamente no Consumo Agregado, com resultados no crescimento do PIB, na redução do desemprego e no aumento nominal da arrecadação tributária, entre outros fatores. Esses exemplos sugerem a propriedade da Teoria do Estado Capitalista de Poulantzas, especialmente sua afirmação de que o Estado Capitalista é um fator material de desenvolvimento e ao mesmo tempo intérprete dos interesses dominantes, ou seja, enquanto viabiliza políticas públicas sociais e populares, impulsiona o processo de expansão e de acumulação do capital. Essa questão posta no conceito de autonomia relativa.

Autonomia Relativa e as Políticas Públicas: um equilíbrio precário

A autonomia relativa do Estado, de fato, é o conceito-chave para entender a complexidade das políticas públicas no capitalismo. É essa autonomia que permite ao Estado adotar políticas que, à primeira vista, podem parecer ir contra os interesses imediatos do capital, mas que, na verdade, servem aos seus interesses de longo prazo e à reprodução sistêmica do modo de produção (Poulantzas, 1978). Destacamos, aqui, três questões.

A primeira questão é a das políticas de acumulação e legitimidade. O Estado capitalista deve, de acordo com Poultantzas, equilibrar duas funções, muitas vezes contraditórias, para garantir sua sobrevivência e a do sistema: a acumulação (garantir as condições para a produção de mais-valia e acumulação de capital) e a legitimação (manter a ordem social, gerenciar as contradições sociais e assegurar o consenso ou, pelo menos, a passividade das classes dominadas). As políticas públicas, que se apresentam como políticas de acumulação e de legitimação, são o principal instrumento para essa dupla e tensa função.

(i) Políticas de acumulação: incluem políticas fiscais favoráveis ao investimento, infraestrutura (transporte, energia, comunicação), subsídios a setores estratégicos, regulamentação de mercados para garantir a concorrência (ou o monopólio), e o controle e

disciplinamento da força de trabalho, visando a otimização das condições para o lucro capitalista.

(ii) Políticas de legitimação: englobam políticas sociais (saúde, educação, moradia), direitos trabalhistas, regulamentações ambientais, políticas de proteção ao consumidor. Estas políticas buscam aliviar tensões sociais, evitar crises sistêmicas, e apresentar o Estado como "neutro", imparcial e preocupado com o bem-estar geral, mascarando sua função de classe e ganhando a adesão passiva da população (Poulantzas, 1978).

A segunda questão é sobre o papel das crises de acumulação do capital. As políticas públicas são frequentemente respostas a crises de acumulação e suas consequências (econômicas, políticas, sociais, ambientais). Nessas conjunturas, a autonomia relativa do Estado é testad, e ele pode ser levado a implementar reformas mais profundas para restaurar a estabilidade e a hegemonia, mesmo que isso signifique confrontar interesses específicos de certas frações do capital. O *welfare state*, por exemplo, de acordo com Poulantzas, pode ser interpretado como uma resposta à crise de legitimidade e à intensificação das lutas de classe do pós-guerra, com o objetivo de preservar o capitalismo e conter o avanço do socialismo, através de concessões controladas (Poulantzas, 1980).

A terceira questão é a da forma do estado e os limites da política. A própria "forma" do Estado capitalista (sua legalidade formal, sua separação entre o econômico e o político, a proteção à propriedade privada) impõe limites à natureza e ao alcance das políticas que podem ser implementadas. Políticas que questionam radicalmente a propriedade privada dos meios de produção, por exemplo, são estruturalmente inviáveis dentro da lógica do Estado Capitalista e não acontecem sem uma transformação revolucionária de sua forma e das relações de classe subjacentes. A estrutura do Estado, assim, atua como um invólucro que restringe o escopo de ação política (Poulantzas, 1978).

Analisando as Políticas Públicas sob a Ótica Poulantziana: a proposição de um roteiro de pesquisa

Para aprofundar os estudos sobre políticas públicas e Estado Capitalista, na perspectiva de Poulantzas, alguns eixos críticos são fundamentais e servem como um roteiro investigativo. Sugerimos aqui um roteiro simples:

i. Problematização da Definição do Problema: questionar como o "problema" que a política pública se propõe a resolver foi socialmente e politicamente construído. Quais grupos de interesse, quais classes ou frações de classe participaram dessa definição? Quais outras definições e alternativas foram excluídas ou marginalizadas? A quem serve a definição do problema?

ii. Análise dos Interesses de Classe Materializados: identificar quais interesses de classe (e de frações de classe) são direta ou indiretamente favorecidos pela política, e quais são prejudicados. Isso exige ir além dos objetivos declarados da política e desvelar suas consequências estruturais e de classe, frequentemente não intencionais ou mascaradas.

iii. Aparelhos e Práticas Estatais Envolvidos: investigar quais aparelhos de Estado são responsáveis pela formulação e implementação da política. Como a estrutura, as práticas e a ideologia interna desses aparelhos (sua burocracia, seus recursos, sua cultura organizacional) moldam a política e seus resultados? Que contradições e disputas de poder ocorrem no interior desses aparelhos?

iv. Efeitos na Organização/Desorganização das Classes: avaliar como a política afeta a capacidade de organização e mobilização das classes populares. Ela as fragmenta, as individualiza, as coopta? Em situações de crise e luta, ela pode, paradoxalmente, catalisar novas

formas de resistência e organização, expondo as contradições do Estado e abrindo espaços para a contra-hegemonia?

v. Relação com a Acumulação e a Legitimidade: analisar como a política em questão contribui para as funções de acumulação (seja diretamente, seja criando condições gerais) e de legitimação do Estado. Qual é o equilíbrio que ela estabelece entre essas duas funções? Quais contradições emergem dessa tentativa de equilibrar o antagonismo capital-trabalho e garantir a estabilidade do sistema?

vi. Limites Estruturais: compreender como a forma e a estrutura do Estado Capitalista impõem limites à abrangência e ao radicalismo das políticas públicas. Quais transformações estruturais seriam necessárias para que uma política atinja objetivos que transcendem a lógica capitalista?

A abordagem poulantziana, não obstante suas limitações ontoepistemológicas, permite uma análise que desvela a política pública como um campo estratégico de luta, em que as relações de classe se manifestam e se reproduzem. Ela nos lembra que, por trás da aparente neutralidade e racionalidade das políticas, há uma lógica de dominação que busca organizar a hegemonia da classe dominante e perpetuar o modo de produção capitalista, mesmo que por vias complexas e aparentemente contraditórias.

Por uma Conclusão

Poder Político e Classes Sociais, de Nicos Poulantzas (1978), permanece como uma referência para a compreensão crítica do Estado Capitalista e das suas dinâmicas de poder. Sua maior força reside na capacidade de complexificar o entendimento do Estado ao desvencilhá-lo das simplificações economicistas e instrumentalistas, oferecendo uma concepção do Estado como uma "condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes", permeada pela autonomia relativa. Essa conceituação é fundamental para entender a aparente "neutralidade" do Estado, a capacidade de o sistema capitalista gerenciar suas próprias contradições e a persistência da dominação de classe, mesmo em face de reformas sociais ou mudanças de governo. Em um mundo em que o neoliberalismo tem reconfigurado drasticamente o papel do Estado e em que a direita ultraconservadora ganha proeminência, a compreensão de como o Estado atua para criar as condições para a acumulação de capital e para gerenciar a legitimação política do conservadorismo, a análise de Poulantzas fornece importantes elementos. A desregulamentação, as privatizações e a austeridade, por exemplo, podem ser interpretadas como políticas estatais que materializam uma nova correlação de forças de classe dentro do bloco no poder, favorecendo frações financeiras e transnacionais do capital, reconfigurando a hegemonia em conformidade com as exigências do capital globalizado (Jessop, 1990).

A centralidade do conceito de bloco no poder e da hegemonia continua a ser extremamente relevante para analisar as alianças políticas que sustentam regimes em diferentes contextos. A ascensão de movimentos populistas de direita em várias partes do mundo, por exemplo, pode ser compreendida através da lente poulantziana como a formação de novos "blocos no poder" que buscam reorganizar a hegemonia, muitas vezes apelando a frações da pequena burguesia e a setores desorganizados da classe trabalhadora, fragmentando ainda mais a oposição e promovendo ideologias particularistas e nacionalistas como forma de desviar a atenção das contradições de classe fundamentais. O Estado, nesse cenário, continua a ser o principal articulador dessas alianças e o reprodutor dessas ideologias (Hall, 1988).

Além disso, a relação intrínseca que Poulantzas estabelece entre o Estado e as políticas públicas é vital. As políticas não são apenas instrumentos técnicos para resolver problemas,

mas campos estratégicos em que as lutas de classe se condensam e se materializam. A análise poulantziana nos capacita a desvelar as lógicas de classe subjacentes às políticas de saúde, educação, segurança, ambiente ou reforma agrária, expondo como elas contribuem para a reprodução (ou, em certas circunstâncias e por meio da luta, para a contestação) das relações de poder existentes. Em vez de simplesmente avaliar a "eficácia" de uma política sob critérios utilitaristas, somos convidados a questionar: para quem essa política é eficaz? Que relações de poder ela reforça ou desafia? Como ela contribui para organizar ou desorganizar as classes sociais e para a manutenção da hegemonia?

No entanto, é igualmente importante reconhecer as limitações da teoria poulantziana, especialmente diante das profundas transformações ocorridas desde sua elaboração. A crítica de um estruturalismo excessivo, que subestima a ação (agência) e a experiência subjetiva dos atores, continua a ser um ponto de debate. As lutas contemporâneas muitas vezes não se restringem às categorias de classe econômica tradicional, mas englobam identidades de gênero, raça, etnia, sexualidade e ecologia (Butler, 1990; Crenshaw, 1991). Embora Poulantzas tenha tentado incorporar a dimensão estratégica em suas obras posteriores (Poulantzas, 1980), a necessidade de integrar essas novas dimensões e as interseccionalidades de opressão em um quadro de análise de classe permanece um desafio. A teoria precisa ser estendida para compreender como essas novas formas de subjetividade e identidades se relacionam com as estruturas de classe e como o Estado as gerencia ou as coopta.

A ascensão do capitalismo globalizado e a proliferação de atores supranacionais (organizações internacionais, corporações transnacionais, redes de governança global) também exigem uma reavaliação. Embora Poulantzas já apontasse para a internacionalização do capital, a centralidade do Estado-nação em sua análise clássica pode precisar ser adaptada para compreender como essas novas formas de poder "condensam" relações de força em uma escala transnacional, sem, contudo, desconsiderar o papel persistente e reconfigurado dos Estados nacionais, como desenvolve Osório (2014). As "materialidades" do poder hoje se estendem ao ciberespaço, às infraestruturas digitais e aos algoritmos, o que adiciona novas camadas de complexidade à análise dos aparelhos de Estado e da dominação ideológica (Castells, 2000; Zuboff, 2019).

Apesar dessas necessidades de atualização e contextualização, a metodologia e os conceitos-chave de Poulantzas oferecem uma base sólida para a análise. Sua insistência na materialidade das instituições, na relativa autonomia e na compreensão do Estado como um campo estratégico nos impede de cair em análises superficiais. Ele nos arma com as ferramentas para decifrar as múltiplas camadas da dominação, a complexidade das relações de poder e a constante luta pela transformação social. A persistência das crises capitalistas, das desigualdades sociais e da opressão política apenas reforça a urgência de uma análise crítica do Estado. Nesse sentido, Nicos Poulantzas continua a ser um interlocutor indispensável. A vitalidade de sua contribuição reside, em última instância, na sua capacidade de continuar a questionar e a desmistificar as formas complexas e multifacetadas da dominação no capitalismo.

As críticas mais recentes à teoria de Poulantzas não visam descredenciá-la, mas sim impulsionar seu refinamento e extensão. Elas reconhecem a solidez de seu arcabouço para desvendar a lógica de classe subjacente ao Estado capitalista, mas apontam para a necessidade de incorporar novas dimensões de análise, como as identidades, as lógicas de poder transnacionais e as novas materialidades da era digital, a fim de manter sua relevância explicativa. A tensão entre as determinações estruturais e a liberdade de ação dos sujeitos políticos continua a ser um desafio hermenêutico e analítico. Em um cenário em que as teorias

da interseccionalidade ganham força, a necessidade de adaptar a teoria para compreender como o Estado condensa e refrata não apenas as relações de classe, mas também essas múltiplas opressões e suas interconexões, torna-se premente. A dificuldade de operacionalização empírica em cenários de alta complexidade é intensificada quando os fenômenos a serem estudados envolvem uma multiplicidade de atores não estatais, lógicas de poder difusas e processos transnacionais.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ANDERSON, Perry. **Lineages of the Absolutist State.** London: New Left Books, 1974.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. 2. ed. Malden: Blackwell Publishing, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

FARIA, José Henrique de. VALVERDE, Antonio José Romera. Estado, Poder e Capital: a operação Lava Jato e as bases ontopráticas da Lawfare. Universidad Nacional Autónoma de México. **Crítica Jurídica Nueva Época**. V.7, 219-254, 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1-6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRANATO, Leonardo. **O Estado Latino-Americano: teoria e história**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

HALL, Stuart. **The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left.** London: Verso, 1988.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEGEL, G. W. F. *Ciência da Lógica*. Petrópolis: Vozes, 2016-2017-2018. 3 Volumes.

JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy**. New York: St. Martin's Press, 1985.

JESSOP, Bob. **State Theory: putting the capitalist state in its place.** Cambridge: Polity Press, 1990.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MILIBAND, Ralph. **The State in Capitalist Society**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1969.

MILIBAND, Ralph. The Capitalist State: reply to Nicos Poulantzas. **New Left Review**, v.1, n.59, p. 53-60, jan./fev. 1970.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PARSONS, Talcott. **Sociological theory and modern society.** New York, 1967.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**. Petrópolis: Vozes, 2010. 2 Volumes.

POULANTZAS, Nicos. The Problem of the Capitalist State. **New Left Review**. v.1, n.58, p. 67-78, nov./dez. 1969.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. **The Poverty of Theory and Other Essays**. London: Merlin Press, 1978.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.